

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel Inf LUIZ ANTONIO FREIRE DE PAIVA JUNIOR

**A Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria
Motorizada e a operacionalidade do Comando Militar
do Nordeste.**



Rio de Janeiro

2023

Cel Inf LUIZ ANTONIO FREIRE DE **PAIVA** JUNIOR

**A Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria
Motorizada e a operacionalidade do Comando Militar do
Nordeste.**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Inf GLAUBER CORRÊA **NETIS** TELES

Rio de Janeiro

2023

P149f Paiva Junior, Luiz Antônio Freire de

A Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e a operacionalidade do Comando Militar do Nordeste. / Luiz Antônio Freire de Paiva Junior. - 2023.

52f. :il ; 30cm.

Orientação: Glauber Corrêa Netis Teles
Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.
Bibliografia: f. 50-52

1.FORPRON. 2.Prontidão. 3.Operacionalidade. I.Título

CDD: 355.4

Cel Inf LUIZ ANTONIO FREIRE DE **PAIVA** JUNIOR

**A Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria
Motorizada e a operacionalidade do Comando Militar do
Nordeste.**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em ____ de _____ de 2023.

COMISSÃO AVALIADORA

GLAUBER CORRÊA NETIS TELES – Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JOÃO LUIZ DE ARAUJO LAMPERT – Cel Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

LEANDRO MENDES DA COSTA – Cel Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Luciana e aos meus filhos Lucas e Luiza, uma homenagem pelo carinho, pelo amor e pelo incentivo ao longo dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida e ter me concedido saúde, paz, proteção e sabedoria na conclusão desse Curso. Minha eterna gratidão!

Aos meus pais Luiz Antonio Freire de Paiva (*“in memorian”*) e Célia Fátima de Oliveira Paiva (*“in memorian”*), pelo amor com que me conceberam, pelo exemplo de família e pela dedicação incansável na minha educação, maiores heranças deixadas na minha vida, registro os meus sinceros agradecimentos.

A minha esposa Luciana Néo Rebouças Paiva, que sempre esteve ao meu lado, sobretudo nos momentos de maior dificuldade da minha vida, prestando apoio irrestrito e compreendendo a minha função de soldado e de aluno. Obrigado pela paciência, cumplicidade e pelo exemplo de esposa e mãe. Te amo!

Aos meus filhos Lucas Rebouças Paiva e Luiza Rebouças Paiva, para quem meus esforços estão sempre direcionados, meu carinho, meu amor e meu agradecimento por cada sorriso e abraço ao término de cada jornada de trabalho.

Ao meu orientador, Coronel Glauber Corrêa Netis Teles, pela orientação firme e segura, pelo incentivo e pelo apoio durante todo o processo de construção do conhecimento. Sua dedicação se revestiu de grande importância para que eu pudesse realizar o trabalho com tranquilidade e eficiência, agregando conhecimentos e experiência fundamentais na conclusão dessa mais uma etapa profissional. Obrigado, Coronel!

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho fosse concluído com aproveitamento.

“A eficiência do preparo garante a eficácia do emprego” (Gen Div Cantenhade,2023).

RESUMO

O presente trabalho fez uma análise abrangente do processo de certificação da Força de Prontidão da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada nos anos de 2021 e 2022, no contexto do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre, e seu impacto na operacionalidade do Comando Militar do Nordeste. O trabalho foi estruturado em 6 (seis) capítulos. Na introdução, foram abordadas algumas ideias gerais que permitiram a delimitação do tema, a formulação do problema, os objetivos (geral e específicos), a relevância da pesquisa e suas principais contribuições. No capítulo 2 foi descrita a metodologia empregada na pesquisa. Para isso, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, cujo material foi coletado em manuais do Exército Brasileiro, em trabalhos científicos da rede de bibliotecas integradas do Exército (ECEME, EsAO e ESG), artigos de sites e revistas de ciências militares, além de leis e documentos internos do EB, tais como portarias e relatórios e conferência de autoridades. Os capítulos seguintes serviram como revisão de literatura, apontando as considerações gerais do SISPRON e a legislação básica correspondente. Na sequência, foram abordadas algumas particularidades do CMNE e da 10ª Bda Inf Mtz, destacando suas missões principais, suas estruturas organizacionais, suas respectivas capacidades. O cerne do trabalho analisou especificamente a certificação da FORPRON da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, abordando os ciclos de prontidão dos anos de 2021 e 2022, que permitiram extrair os pontos fortes e as oportunidades de melhoria dos treinamentos e exercícios realizados. No capítulo final, a título de conclusão, foi explorado os principais aspectos da revisão de literatura, buscando uma inter-relação entre os assuntos. Tal estrutura permitiu responder ao problema proposto no início da pesquisa, bem como contribuiu para o autor listar algumas recomendações/proposições que visam a aprimorar as capacidades da 10ª Bda Inf Mtz com reflexos diretos no incremento da operacionalidade do CMNE.

Palavras-chave: FORPRON; Prontidão; Operacionalidade.

RESUMEN

El presente trabajo realizó un análisis integral del proceso de certificación de la Fuerza de Preparación de la Brigada de Infantería Motorizada N° 10 en los años 2021 y 2022, en el contexto del Sistema de Preparación Operacional de la Fuerza Terrestre, y su impacto en la operatividad del Comando Militar del Noreste. El trabajo se estructuró en 6 (seis) capítulos. En la introducción, se abordaron algunas ideas generales que permitieron delimitar el tema, la formulación del problema, los objetivos (generales y específicos), la pertinencia de la investigación y sus principales aportes. En el capítulo 2 se describió la metodología utilizada en la investigación. Para ello, se utilizó de la investigación bibliográfica y documental, cuyo material fue recopilado en manuales del Ejército Brasileño, en obras científicas de la red de bibliotecas integradas del Ejército (ECEME, EsAO y ESG), artículos de sitios web y revistas de ciencias militares, además de leyes y documentos internos del Ejército Brasileño, tales como ordenanzas e informes y conferencia de autoridades. Los siguientes capítulos sirvieron como revisión bibliográfica, señalando las consideraciones generales del SISPRON y la legislación básica correspondiente. A continuación, se abordaron algunas particularidades del CMNE y de la 10ª Bda Inf Mtz, destacando sus principales misiones, sus estructuras organizacionales, sus respectivas capacidades. El núcleo del trabajo analizó específicamente la certificación de la FORPRON de la Brigada de Infantería Motorizada N° 10, abordando los ciclos de preparación de los años 2021 y 2022, lo que permitió extraer las fortalezas y oportunidades de mejora de los entrenamientos y ejercicios realizados. En el capítulo final, a modo de conclusión, se exploraron los principales aspectos de la revisión bibliográfica, buscando una interrelación entre los temas. Esta estructura permitió dar respuesta al problema planteado al inicio de la investigación, además de contribuir para que el autor enumere algunas recomendaciones / propuestas que apuntan a mejorar las capacidades de la 10ª Bda Inf Mtz con reflejos directos sobre el aumento de la operatividad del CMNE.

Palabras clave: FORPRON; Preparación; Operabilidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Evolução do SISPRON.....	21
Figura 2	Tropas que constituem a FORPRON.....	21
Figura 3	Concepção Estratégica de Emprego do Exército	24
Figura 4	Estrutura do SISOMT.....	26
Figura 5	Organograma do CMNE	29
Figura 6	Estrutura Organizacional do CMNE	29
Figura 7	Articulação do CMNE	30
Figura 8	Organograma da 10ª Bda Inf Mtz.....	36
Figura 9	Articulação da 10ª Bda Inf Mtz	36
Figura 10	Estrutura Organizacional da FORPRON	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Níveis de capacitação operacional e de adestramento	26
Quadro 2	Dados estatísticos do CMNE	31
Quadro 3	Quadro Geral da Certificação da 10ª Bda Inf Mtz / 2021	40
Quadro 4	Quadro Geral da Certificação da 10ª Bda Inf Mtz / 2022	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Ação Estratégica de Defesa
Atq Loc	Ataque à Localidade
Atq Coor	Ataque Coordenado
APA	Análise Pós-Ação
Av Ex	Aviação do Exército
Bda	Brigada
Bda Inf	Brigada de Infantaria
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
BI Mtz	Batalhão de Infantaria Motorizado
BI Caat	Batalhão de Infantaria de Caatinga
B Log	Batalhão Logístico
CA	Centro de Adestramento
CCAp	Companhia de Comando e Apoio
CCOp	Centro de Coordenação de Operações
CF	Constituição Federal
Cia C	Companhia de Comando
Cia Com	Companhia de Comunicações
Cia E Cmb	Companhia de Engenharia de Combate
Cmb	Combate
Cmdo	Comando
Cmt	Comandante
C Mil A	Comando Militar de Área
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CSA	Coordenador de Segurança de Área
COTER	Comando de Operações Terrestres
DE	Divisão de Exército
Def	Defensiva
Def A	Defesa de Área
Def Loc	Defesa de Localidade
DSET	Dispositivo de Simulação de Engajamento Tático
Dst Log	Destacamento Logístico

EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Esqd C Mec	Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
EVAM	Evacuação Aeromédica
FA	Forças Armadas
F Emp Estrt	Força de Emprego Estratégico
F Emp Ge Prio	Força de Emprego Geral Prioritária
FOROP	Força Oponente
FT	Força Tarefa
F Ter	Força Terrestre
FCS	Fatores Críticos de Sucesso
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
Gpt E	Grupamento de Engenharia
G Cmdo	Grande Comando
GU	Grande Unidade
GVA	Garantia da Votação e Apuração
HE	Hipótese de Emprego
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
M Cmb	Marcha para o combate
MD	Ministério da Defesa
OCA	Observador e Controlador do Adestramento
OCCA	Operação de Cooperação e Coordenação com Agências
OCP	Operação Carro-Pipa
ODOp	Órgão de Direção Operacional
Ofs	Ofensiva
O Lig Av	Oficial de Ligação de Aviação
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
OMV	Organização Militar Vinculada

Op	Operação; operacional
PAB	Período de Adestramento Básico
PE	Polícia do Exército
PEECFA	Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
PEEx	Plano Estratégico do Exército
Pel	Pelotão
PND	Política Nacional de Defesa
QCP	Quadro de Cargos Previstos
QDM	Quadro de Distribuição de Material
RM	Região Militar
SFC	Se for o caso
SIMACEM	Simulador de Adestramento de Comando e Estado-Maior
SIMEB	Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro
SINFOTER	Sistema de Informações Operacionais Terrestres
SISEMP	Sistema de Emprego
SISOMT	Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPRON	Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre
SISPREPARO	Sistema de Preparo Militar Terrestre
Sml	Simulação
SSEB	Sistema de Simulação do Exército Brasileiro
SU	Subunidade
TCB	Tiro de Combate Básico
TIA	Tiro de Instrução Avançado
U	Unidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	METODOLOGIA	18
3	O SISTEMA DE PRONTIDÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	20
3.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	20
3.2	O CICLO DE PRONTIDÃO.....	22
3.3	LEGISLAÇÃO.....	23
3.4	NÍVEIS DE CAPACITAÇÃO.....	26
4	O COMANDO MILITAR DO NORDESTE	27
4.1	MISSÃO.....	28
4.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ARTICULAÇÃO.....	28
4.3	POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	32
4.3.1	Possibilidades	32
4.3.2	Limitações	33
5	FORÇA DE PRONTIDÃO DA 10ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA	34
5.1	CONCEITO.....	34
5.2	MISSÃO.....	34
5.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ARTICULAÇÃO.....	35
5.4	POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	37
5.5	CERTIFICAÇÃO DA FORPRON DA 10ª BDA INF MTZ	38
5.5.1	Generalidades	38
5.5.2	Ciclo de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz (ano 2021)	39
5.5.3	Ciclo da Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz (ano 2022)	41
5.5.4	Pontos Fortes	42
5.5.5	Oportunidades de Melhoria	44
6	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	46
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas (FA) brasileiras, como instituições de Estado, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e à garantia da Lei e da Ordem. Sem o comprometimento de sua destinação constitucional, recai sobre as FA o cumprimento de atribuições subsidiárias. Nesse contexto, as FA devem estar em condições de prover uma pronta-resposta a qualquer ação hostil sobre o território nacional.

A missão do Exército Brasileiro (EB) está enunciada no Manual de Fundamentos EB20-MF- 10.101 (2014) da seguinte forma: “Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre (F Ter), **mantendo-a em permanente estado de prontidão**” (BRASIL, 2014, p.3-3, grifo nosso). Desta feita, o EB vem aprimorando o seu Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON), tornando-o mais efetivo.

O SISPRON é um conjunto de procedimentos e medidas que visam a garantir que as forças terrestres de um país estejam prontas para agir em caso de necessidade ou emergência. Este sistema inclui o planejamento de treinamento, equipamentos, logística e outras necessidades para manter as tropas em estado de alerta máximo em todos os momentos. Além disso, envolve a avaliação contínua do nível de prontidão, a fim de assegurar que as forças estejam sempre preparadas para atuar em qualquer cenário.

O sistema de prontidão operacional varia de acordo com as necessidades e capacidades de cada país, podendo incluir desde o monitoramento constante de ameaças até o treinamento intensivo de soldados e o posicionamento estratégico de equipamentos e veículos.

O SISPRON se encontra no Plano Estratégico do Exército (PEEx) 2020-2023 como uma ação que coopera com o atingimento do Objetivo Estratégico nº 5 - Modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT), por intermédio da **Estratégia 5.1**- Aumento da Capacidade de pronta-resposta da Força Terrestre, mais precisamente, pela **Ação Estratégica 5.1.3** - Implantar o Sistema de Prontidão Operacional de Forças. (BRASIL, 2019d, p.21).

O **conceito de prontidão** no Exército Brasileiro remonta às suas origens, sendo que sempre esteve presente no dia a dia da Força, seja por ocasião da preparação dos planos estratégicos e operacionais, seja pela manutenção de forças que permitissem apresentar, em tempo e local desejados, o poder de combate necessário para fazer face à ameaça que se apresentava. (DEFESANET, 2020, grifo nosso)¹.

De acordo com o Catálogo de Capacidades do Exército (2015), o termo “Prontidão” é uma capacidade operativa, definida pela condição de uma força ser capaz de, em prazo adequado, estar em condições de ser empregada no cumprimento de missões, valendo-se de seus próprios recursos orgânicos e meios disponibilizados (BRASIL, 2015a, p.9).

O Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01,2015) define Prontidão Operacional como: “Estado de preparação de uma unidade ou força militar, caracterizado pela capacidade de pronta-resposta a todo ato hostil de origem externa ou interna” (BRASIL, 2015b, p.226).

O Comando Militar do Nordeste (CMNE) tem sede em Recife, Pernambuco, e sua jurisdição abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. As principais atribuições do CMNE incluem o planejamento e a execução de ações militares para garantir a segurança e a defesa da região nordeste, além de atividades de cooperação com o desenvolvimento regional e com outras agências, nas esferas federal, estadual e municipal.

O CMNE tem como missão síntese: “manter-se em permanente estado de prontidão para: defender a Pátria; garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem; cooperar com o desenvolvimento nacional; e participar de operações e exercícios internacionais”².

Alinhado com o Plano Estratégico do Exército 2020-2023, o Plano de Gestão do CMNE estabeleceu como Objetivo Estratégico nº 1 – “**Elevar o nível de operacionalidade do CMNE**”. Nesse recorte, foram definidos alguns Fatores Críticos de Sucesso (FCS): nível de adestramento, capacitação e qualificação de pessoal; capacidade de prontidão; prioridades do CMNE em termos de recompletamento de pessoal e material; e meios de Comando e Controle coerentes com a necessidade do CMNE.

¹ SISPRON - O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro. Editado em 23 de outubro de 2020. Disponível em <<https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/38538/sispron-o-sistema-de-prontidao-do-exercito-brasileiro>> Acesso em 9 JUN 23, às 12:53h

² Conforme Plano de Gestão do CMNE 2020-2023 (atualização 2022)

Cabe ressaltar ainda, que o CMNE tem uma demanda muito grande no que se refere à Operação Carro-Pipa (OCP), atividade subsidiária (“quase permanente”) de distribuição de água potável para a população mais carente do semiárido nordestino. que já dura mais de 20 anos, desde o seu início em 1998. É lícito afirmar que tal operação impacta, de alguma forma, na parte operacional das tropas do CMNE.

O Comando da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (10ª Bda Inf Mtz) está localizado na Guarnição de Recife-PE. No contexto do SISPRON, a 10ª Bda Inf Mtz é uma Força de Emprego Geral que foi designada como Força de Prontidão do EB.

O Exército Brasileiro está em constante evolução e está vivenciando um processo de transformação rumo a Era do Conhecimento. Nesse mister, pode-se afirmar que o presente tema é atual e relevante para a Força Terrestre, estando enquadrado como um Objetivo Estratégico do Exército.

A Diretriz do Comandante do Exército 2023 – 2026 traz algumas considerações importantes para a Instituição. Em suas palavras iniciais, o Comandante do Exército traz a seguinte reflexão:

Nesse cenário complexo, ambíguo, volátil e incerto, em que forças desagregadoras competem com iniciativas que podem desafiar soberanias, **o Exército Brasileiro, Instituição de Estado, [...] deve estar pronto para o cumprimento de suas missões**, garantindo a soberania do povo brasileiro, sua segurança e de suas riquezas naturais [...] Deve possuir uma capacidade militar que forneça ao Estado brasileiro as ferramentas dissuasórias necessárias para resguardar seus interesses e seu território, contribuindo para o desenvolvimento nacional nos limites de suas atribuições constitucionais (BRASIL, 2023a, p.8, grifo nosso).

Na mesma diretriz, o atual Comandante do Exército estabelece a sua intenção, que diz:

Minha intenção é acelerar as ações de transformação e de modernização do Exército Brasileiro, que proporcionem capacidades para enfrentar as ameaças mais relevantes ao País e contribuam para o desenvolvimento nacional. [...] **manter os elevados índices de operacionalidade** e de confiabilidade alcançados pela Força, para que **o Exército de Caxias esteja permanente pronto** para os desafios de hoje, e ao mesmo tempo, prepara-se oportunamente para aqueles do amanhã (BRASIL, 2023a, p.13, grifo nosso).

Ao final de sua Diretriz, o Cmt EB conclui que “...as Forças Armadas representam o pilar da soberania e da liberdade de ação para o Brasil. [...] o Exército prosseguirá com as ações que visam **umentar sua operacionalidade, manterá seu estado de prontidão [...]**” (BRASIL, 2023a, p.36, grifo nosso).

No biênio 2021 e 2022, a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (10ª Bda Inf Mtz), Força de Emprego Geral subordinada ao CMNE, foi certificada pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), no contexto do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre.

Nesse sentido, para direcionar a pesquisa do presente trabalho, formulou-se o seguinte problema: ***em que medida a Força de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz pode contribuir para potencializar e/ou incrementar o nível de operacionalidade do Comando Militar do Nordeste?***

O trabalho teve como objetivo geral apresentar as principais contribuições da Força de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz para o incremento da operacionalidade do CMNE, e conseqüentemente, do nível de prontidão da Força Terrestre.

A fim de atingir o objetivo geral supramencionado foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a. identificar as principais considerações e normativas do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre;
- b. analisar a certificação da Força de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz nos anos de 2021 e 2022;
- c. identificar os principais ensinamentos colhidos (melhores práticas e oportunidades de melhorias) da certificação da Força de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz no biênio 2021 e 2022; e
- d. propor recomendações / sugestões para o incremento do estado de prontidão das tropas do CMNE.

O presente estudo limitou-se na certificação da Força de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz dos anos de 2021 e 2022, buscando o enfoque na operacionalidade das tropas do CMNE.

A presente pesquisa é relevante para o Exército Brasileiro, pois permite uma reflexão sobre o SISPRON, que está em fase de consolidação. Salienta-se a importância desse sistema para a Força Terrestre, contribuindo para o seu preparo e o emprego das Brigadas FORPRON, certificando tropas para o cumprimento de suas missões constitucionais.

Dentre as principais contribuições deste trabalho, pode-se mencionar: revisão e proposta de atualização, se for o caso (SFC), das principais diretrizes concernentes ao SISPRON; e otimização dos processos de certificação das FORPRON do Exército Brasileiro, com ênfase nas tropas do CMNE.

2 METODOLOGIA

Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), a pesquisa foi do tipo qualitativa, uma vez que o tema abordado era de difícil mensuração numérica e os dados foram coletados por meio de uma análise de documentos e revisão de literatura.

No que se refere aos objetivos, essa pesquisa caracterizou-se como descritiva, pois descreveu considerações básicas acerca do Sistema de Prontidão e apresentou perspectivas que podem refletir diretamente na operacionalidade da tropa. Quanto à finalidade da pesquisa, definiu-se como explicativa, haja vista buscou esclarecer quais fatores contribuíram, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno.

No tocante aos meios de investigação, a pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica e documental. Bibliográfica porque teve sua fundamentação teórico-metodológica baseada na literatura de vários tipos e autores, que foi encontrada em manuais, revistas e artigos de periódicos especializados em Defesa, impressos ou digitais, de acesso livre ao público geral. E documental, porque utilizou-se de legislação e de documentos internos e oficiais, tais como diretrizes, portarias, pareceres e relatórios, sobretudo do Ministério da Defesa (MD) e do Exército Brasileiro. Por vezes, essa documentação não está disponível para consulta pública.

Este trabalho iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível (manuais, leis, decretos, dissertações, artigos científicos, revistas especializadas e internet) com dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, foram observados os tópicos relacionados com as seguintes palavras-chaves: Força de Prontidão; Sistema de Prontidão; e operacionalidade, destacando os aspectos mais relevantes para o trabalho.

Nesse sentido, a coleta deu-se por meio de consultas as plataformas da rede de biblioteca digital do Exército, particularmente em trabalhos monográficos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado Maior (ECEME) e da Escola Superior de Guerra (ESG); de revistas especializadas (Defesa Nacional; Verde Oliva; Military Review; Coleção Meira Matos; entre outras); e periódicos da base de dados da Scielo.

Em uma segunda fase, utilizou-se a pesquisa documental nos arquivos do EB, do Comando de Operações Terrestres (COTER), do CMNE e da 10ª Bda Inf Mtz, mais especificamente, nos manuais e documentos internos (diretrizes, planos de

instrução militar, ordens de instrução e relatórios de exercícios) que não são de domínio público, com o intuito de conhecer as principais considerações da legislação que regula o SISPRON, bem como analisar o processo de certificação da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz, nos anos de 2021 e 2022, visando a identificar as melhores práticas e as oportunidades de melhoria observadas ao longo dessa experiência.

Dessa forma, foram extraídas algumas conclusões e apresentadas algumas recomendações, que permitiram estabelecer parâmetros e identificar melhorias no caso da certificação da tropa da 10ª Bda Inf Mtz, servindo de referência para o incremento da operacionalidade de outras tropas do CMNE. Com esse desenho de pesquisa, buscou-se responder ao problema proposto no presente estudo.

Cabe ressaltar que, a metodologia selecionada para essa pesquisa apresentou algumas limitações. Primeiro, a condição de militar deste pesquisador e que teve a experiência de participar da certificação da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz, no biênio 2021/2022, como Comandante de Organização Militar. Isso exigiu constante preocupação com a isenção no trabalho, buscando imparcialidade na solução do problema, de forma a evitar interpretações pessoais ou emitir “juízo de valor” sobre o assunto.

Em segundo lugar, as referências bibliográficas encontradas em plataformas de pesquisa, com base nas palavras-chaves já citadas anteriormente e nos relatórios supramencionados. Nesse mister, os resultados obtidos foram analisados de forma individual e sob a ótica daquele pesquisador ou responsável pela confecção dos relatórios, podendo haver generalizações na interpretação dos dados. Convém mencionar que não foram realizadas entrevistas, devido à restrição de tempo e a disponibilidade de oficiais gerais do Exército, além de atividades concorrentes com o curso em andamento, dificultando a obtenção de informações relevantes e práticas, bem como a percepção de autoridades e chefes militares, sobretudo dos comandantes de brigada FORPRON.

O universo considerado na pesquisa foi as Forças de Prontidão (FORPRON) do Exército Brasileiro, tendo como amostra a FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz (FT 71º BI Mtz, em 2021; e FT 72º BI Mtz, em 2022), particularmente, nos seus 2 primeiros ciclos de certificação, nos anos de 2021 e 2022.

Em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa se fundamentou na análise de conteúdo, o que certamente contribuiu para uma generalização dos resultados

obtidos no trabalho. Mesmo diante dessas limitações, pode-se afirmar que a metodologia escolhida foi coerente e adequada, possibilitando responder o problema levantado, de forma clara e objetiva.

3 O SISTEMA DE PRONTIDÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

3.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como concepção geral do Sistema de Prontidão Operacional, cabe ao sistema (SISPRON):

planejar, coordenar e controlar, em estreita ligação com o Sistema de Preparo (SISPREPARO) e com os C Mil A, a manutenção do nível de adestramento denominado "preparação completa", a ser atingido por forças selecionadas - Forças de Prontidão (FORPRON) - disponibilizando tropas com poder de combate, avaliadas e certificadas em sua capacitação operacional, para uma requisição oriunda do Sistema de Emprego (SISEMP). (BRASIL, 2019b)

Em síntese, esse sistema tem o objetivo de implantar uma metodologia única e já comprovada de preparação de grandes efetivos para, mediante rodízio, manter ininterruptamente tropas habilitadas ao cumprimento de todas as missões constitucionais, com destaque para a Defesa Externa e a salvaguarda de interesses nacionais no exterior, além das habituais missões subsidiárias (DEFESANET, 2020).

“O Sistema de Prontidão é formado pelas Forças de Prontidão Operacional (FORPRON), pela Força Expedicionária (F Expd) e pelas Forças do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS)³”, (BRASIL, 2022, p.12)

De acordo com a concepção geral da Diretriz para o projeto-piloto do SISPRON, o adestramento previsto está direcionado ao preparo para as Operações de Guerra, com ênfase na defesa da Pátria, atentando para o cuidado em assegurar as condições para atuar em situações de não guerra.

Em 2020, teve início essa sistemática de adestramento, de forma experimental, com 6 (seis) brigadas, integrantes das Forças de Emprego Estratégico (F Emp Estrt): Bda Inf Pqdt, 23ª Bda Inf SI, 12ª Bda Inf L (Amv), 15ª Bda Inf Mec, 5ª Bda C Bld, e 4ª

³ *United Nations Peacekeeping Capability Readiness System* (UNPCRS), sigla em inglês, da tradução simples Sistema de Prontidão das Capacidades de Manutenção da Paz.

Bda C Mec. Já nos anos de 2021 e 2022, foram inseridas mais 4 (quatro) brigadas, consideradas Forças de Emprego Geral Prioritárias (F Emp Ge Prio): a 1ª Bda Inf SI e a 10ª Bda Inf Mtz (em 2021)⁴; a 9ª Bda Inf Mtz e a 6ª Bda Inf Bld (em 2022), além dos módulos especializados. Nos dias atuais (2023), o SISPRON encontra-se em fase de consolidação (figuras 1 e 2):



Figura 1: Evolução do SISPRON
 Fonte: Palestra do COTER, realizada no auditório da ECEME, em 25 MAIO 23.



Figura 2: Tropas que constituem a FORPRON
 Fonte: BRASIL, 2022, p.24⁵

⁴ Portaria-COTER/C Ex nº 020, de 9 de março de 2021.

⁵ Sistema de Prontidão. Revista Verde Oliva. Ano L. Nº 258. Junho 2022

3.2 O CICLO DE PRONTIDÃO

De acordo com BRASIL (2022, p.13), o Ciclo de Prontidão tem duração de, no máximo, 12 meses e possui duas fases. Na primeira fase, é feita a preparação da tropa, de acordo com a natureza de cada OM. Na segunda fase, ocorre a certificação, onde a OM é submetida às simulações de combate para a avaliação de seu desempenho.

A FORPRON, uma vez certificada pelo C Mil A ou pela DE enquadrante, está apta para iniciar a terceira fase, chamada de prontidão, ficando à disposição do COTER para ser empregada em caso de necessidade. (BRASIL, 2022, p.14)

Cabe ressaltar que todas essas fases ocorrem em paralelo ao ano de instrução (período de instrução individual e adestramento) da tropa, seguindo calendário próprio devido às limitações dos Centros de Adestramento (CA) e do Sistema de Simulação do Exército Brasileiro (SSEB), particularmente para a fase de certificação (Diretriz para as FORPRON - 2021).

Segue abaixo uma descrição sumária das 3 fases do ciclo de prontidão:

a) Fase 1 – Preparação: ocorrem as atividades de administração de pessoal e de material, de capacitação tática e técnica do efetivo profissional (CTTEP) e de nivelamento de conhecimentos e adestramento de pequenas frações.

b) Fase 2 – Certificação: ocasião em que, por cerca de 4 semanas, são realizadas as simulações construtiva, virtual e viva, todas dentro de um mesmo tema tático, e coerente com as missões prioritárias da GU, previstas nas HE.

c) Fase 3 – Prontidão: considerada como a prontidão operacional propriamente dita, fase em que as tropas, já certificadas, ficam à disposição para acionamento.

Os ciclos de prontidão deverão ser planejados de tal forma que não haja solução de continuidade entre os efetivos que compõem as FORPRON na prontidão propriamente dita (3ª fase). Assim, ao término da fase de prontidão operacional por uma tropa, outra deverá iniciar esta fase e, assim, sucessivamente, de modo a haver, durante todos os dias do ano, forças em permanente estado de prontidão operacional.

Segundo DEFESANET (2020), paralelamente a prontidão de pessoal, se encontra em curso, a denominada Prontidão Logística. De maneira sintética, é concebida pelo fato, da GU / OM possuir, desde já, todos os recursos materiais

necessários ao treinamento e ao emprego das forças certificadas em local que favoreça o seu adestramento, e até mesmo uma futura concentração estratégica.

3.3 LEGISLAÇÃO

Como marco legal, a Lei Complementar (LC) Nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela LC 117, de 2 de setembro de 2004 e pela LC Nr 136, de 25 de agosto de 2010 dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas⁶. Convém realçar o constante no parágrafo 1º do Art 13:

Art 13. [...]

§1º O preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização. (BRASIL, 1999; 2004;2010)

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) menciona que crises internacionais podem surgir contra a vontade do País, exigindo um **adequado nível de prontidão** de suas Forças Armadas. (BRASIL,2020c)

Sublinha-se, também, alguns pontos da Estratégia Nacional de Defesa (END): "...a manutenção de tropas, em particular as reservas estratégicas, **na situação de prontidão operacional** com mobilidade, que lhes permitam deslocar-se rapidamente para qualquer parte do território nacional ou para o exterior"; "...permanente prontidão operacional para atender às hipóteses de emprego, integrando forças conjuntas ou não"; e "...manutenção de unidades aptas a compor Forças de Pronto Emprego, em condições de atuar em diferentes ambientes operacionais..." (BRASIL,2020b)

Ainda, a END lista Ações Estratégicas de Defesa (AED) que visam a orientar as medidas que deverão ser implementadas no sentido da consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa, estabelecidos na Política Nacional de Defesa (PND). Convém salientar a AED-8 "Dotar o País de Forças Armadas modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões" e a AED-29 "Manter os efetivos adequadamente preparados". (END, 2020, apud NUNES, 2020).

⁶ Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre (EB70-D-10.002). COTER, 2019

Já a atual Concepção Estratégica do Exército (2019, p.7), no contexto dos fundamentos e condicionantes de articulação, preparo e emprego do EB, apresenta a seguinte premissa: “...possuir efetiva prontidão, traduzida por um grupamento de forças, com ciclo específico de preparo, de natureza e efetivos compatíveis para atender às necessidades do País, nas capacidades necessárias às hipóteses estipuladas pelos marcos legais...”

A Portaria nº 216-COTER, de 18 de novembro de 2019, aprovou a Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre (EB70-D-10.002), 2ª Edição, 2019, e apontou outras providências. (BRASIL, 2019a).

Segundo EB70-D-10.002 (2019, p 2-2): “Em situação de guerra ou na escalada de uma crise, a Concepção Estratégica de Emprego do Exército preconiza a decisão rápida, no momento e local adequados, com a aplicação de poder de combate decisivo. Tal atuação baseia-se nos conceitos de resposta imediata, atuação ampliada e esforço total” (Figura 3).



Figura 3- Concepção Estratégica de Emprego do Exército
Fonte: BRASIL, 2019a, p.2-3.

Essa Concepção Estratégica de Emprego do Exército, define os seguintes Grupos de Emprego⁷:

a) Forças de Emprego Estratégico: forças com poder de combate que possibilitem, nas situações de crise/conflicto armado, o desequilíbrio estratégico, por

⁷ EB70-D-10.002, 2019, p.2-5 e 2-6

meio da dissuasão e da ofensiva. Estarão aptas a atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse estratégico do Estado Brasileiro.

b) Módulos Especializados: também constituem as F Emp Estrt, possuindo capacidades para agregar poder de combate, de acordo com cada situação. São constituídos por elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

c) Forças de Emprego Geral: constituem a maioria das forças do Exército; e são fundamentais nas estratégias da dissuasão e da presença.

A fim de atender o estado de prontidão da força, mesmo em tempo de paz, serão estabelecidas prioridades para o repletamento de pessoal, material e para o planejamento e execução do preparo. Nesse sentido, as F Emp Estrt terão a mais alta prioridade, seguidas pelas F Emp Ge Prioritárias, por possuírem emprego predefinido nos planejamentos conjuntos realizados pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) (BRASIL, 2019a, p.2-6).

A Portaria nº 219-COTER, de 13 de novembro de 2019, aprovou a Diretriz Organizadora do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON). Entre os principais objetivos dessa Diretriz, destacam-se: a normatização das ações para seleção, preparo, manutenção e emprego das forças integrantes do SISPRON; e a validação e/ou atualização da doutrina militar terrestre e o teste dos planejamentos que englobam o emprego de forças em permanente estado de prontidão operacional. (BRASIL, 2019b).

Ainda nesse documento, o COTER estabelece que “a Força deve se preparar para a dissuasão de ameaças, buscando atingir o mais alto nível compatível com os recursos disponíveis. Essa premissa implica, necessariamente, a manutenção da F Ter, ou parte dela, em permanente estado de prontidão operacional.” (BRASIL, 2019b).

Para isso, visualiza-se que a prontidão operacional desejada será traduzida pela existência de OM ou Grupamentos de Forças com ciclo específico de preparo, de natureza e efetivos compatíveis e possuidoras de capacidades necessárias para atendimento das Hipóteses de Emprego (HE) estabelecidas nos marcos legais.

Por intermédio da Portaria nº 137-EME, de 1º de julho de 2020, foi criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de propor soluções para a implantação e sustentação do SISPRON. (BRASIL, 2020a).

A Portaria – EME/C Ex Nº 528, de 21 de setembro de 2021 aprovou a Diretriz organizadora do Sistema Operacional Militar Terrestre - SISOMT (EB20-D-03.018).

Este documento tem por objetivos principais: apresentar a concepção do SISOMT e sua evolução; e definir a estrutura organizacional do referido sistema. (BRASIL, 2021b).

Sistema que, tomando por base o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), tendo o COTER como seu órgão central, tem como subsistemas o Sistema de Preparo Militar Terrestre (SISPREPARO), o Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER), o Sistema de Prontidão Operacional Terrestre (SISPRON) e o Sistema de Emprego (SISEMP), e, como objetivos, a orientação, a coordenação e a execução do Preparo, a integração das Informações Operacionais, da Prontidão Operacional e do Emprego da F Ter. (BRASIL, 2021b).

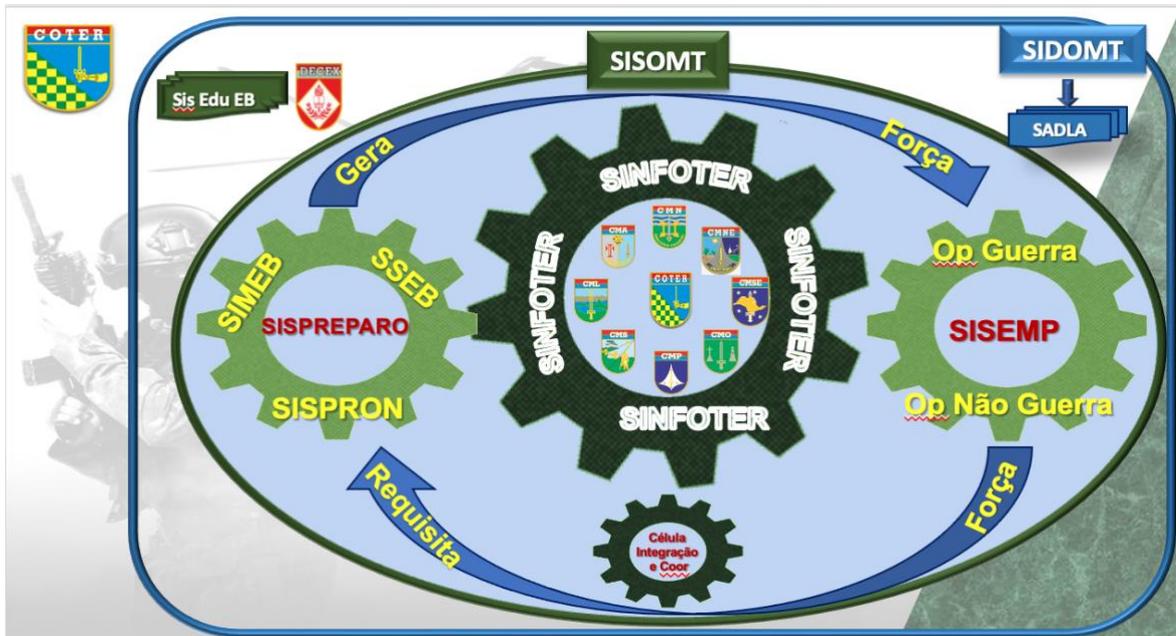


Figura 4: Estrutura do SISOMT
 Fonte: Palestra do COTER, realizada no auditório da ECEME, em 25 MAIO 23 (Gen Ex Theóphilo).

3.4 NÍVEIS DE CAPACITAÇÃO

O COTER estabelece que as OM operativas poderão atingir 3 (três) níveis de capacitação operacional e de adestramento, conforme quadro 1 abaixo.

NÍVEIS DE CAPACITAÇÃO OPERACIONAL	NÍVEIS DE ADESTRAMENTO
Operacionalidade	Preparação orgânica
Eficiência Operacional	Preparação completa
Poder de Combate	Preparação específica

Quadro 1: Níveis de capacitação operacional e de adestramento
 Fonte: EB70-D-10.002 (2019)

As FORPRON deverão empregar exclusivamente militares do Efetivo Profissional. Tais forças atenderão a um ciclo de preparo diferenciado, que será planejado e coordenado por intermédio do SISPRON e estreita ligação com o Sistema de Preparo da Força Terrestre (SISPREPARO), com o intuito de atingir o nível de adestramento denominado “preparação completa”.

Segundo MELIN (2020):

Desenvolver a prontidão para combater e vencer nas operações de combate em larga escala é a prioridade número um do Exército dos Estados Unidos da América (EUA)” e os centros de treinamento de combate (*combat training centers* - CTC) representam a prova decisiva, onde são testadas as capacidades das principais formações de combate da Força, as brigadas de combate (*brigade combat teams* - BCT). O treinamento preparatório e a execução de um rodízio em um CTC são o modo pelo qual uma BCT realiza o aprestamento final para o combate. Verbas, pessoal, tempo de treinamento e priorização de recursos de adestramento são todos canalizados para as BCT, a fim de permitir que os comandantes certifiquem suas tropas desde o escalão grupo de combate até batalhão. Assim que o treinamento no CTC é concluído, uma unidade é considerada pronta para ser empregada em todas as partes do mundo.

Considerando a citação acima, pode-se depreender que o Exército norte-americano tem atribuído elevada prioridade no desenvolvimento de capacidades das Brigadas de Combate visando a obter a prontidão para o combate em larga escala. Para isso, canaliza a destinação de verbas, pessoal, tempo de treinamento e priorização de recursos de adestramento para essas Brigadas de Combate, contribuindo para a certificação de suas tropas desde o escalão Grupo de Combate até Batalhão.

Fazendo uma breve analogia, as Brigadas FORPRON do Exército Brasileiro devem receber a máxima prioridade no recompletamento de pessoal, na distribuição de material e equipamento moderno e na destinação de recursos orçamentários, possibilitando a capacitação operacional dessas Bda FORPRON e respectivos módulos especializados.

4 O COMANDO MILITAR DO NORDESTE

Conforme o Manual de Fundamentos – O Exército Brasileiro (2014):

A Força Terrestre (F Ter), instrumento de ação do Comando do Exército, é estruturada, em tempo de paz, para o cumprimento de missões operacionais terrestres, em C Mil A, subordinados diretamente ao Comandante do Exército (Cmt Ex), que constituem o mais alto escalão de enquadramento das organizações militares (BRASIL, 2014, p.6-6)

É de competência dos Cmt Mil A o preparo, o planejamento e o emprego operacional da F Ter, desdobrada na área sob sua jurisdição⁸. A seguir, serão apresentadas a missão, a estrutura organizacional e algumas características do Comando Militar do Nordeste.

4.1 MISSÃO

A missão do CMNE está assim enunciada:

- 1) A fim de cooperar com o Exército Brasileiro, o Comando Militar do Nordeste, **mantendo-se em permanente estado de prontidão**, deverá estar preparado para contribuir para a garantia: a) da soberania nacional, realizando operações de defesa da Pátria, prioritariamente em sua área de responsabilidade ou em qualquer parte do território nacional como **Força de Emprego Geral e Força de Emprego Geral Prioritária**; b) dos poderes constitucionais; e c) da lei e da ordem.
- 2) O CMNE deverá, ainda, no desempenho de suas atribuições subsidiárias gerais e particulares, **cooperar com o desenvolvimento regional e a defesa civil** e ficar em condições de participar de operações e exercícios internacionais (PLANO DE GESTÃO DO CMNE, 2022, p.8, grifo nosso)

A Diretriz de Comando do Comandante Militar do Nordeste (atualizada em 2022), menciona o seguinte: “O CMNE vem vivenciando a concretização dos planejamentos da reestruturação organizacional, da racionalização administrativa e do aperfeiçoamento da Operação Carro-Pipa, tudo em **consonância com o aumento da operacionalidade**” (grifo nosso).

Ademais, dentre as atividades elencadas como prioritárias, que requerem o máximo de atenção no ano de 2023, destacam-se: o Preparo e Emprego e a Operação Carro-Pipa (OCP), que estão alinhados, respectivamente, com os Objetivos Estratégicos (OE) 01 – Elevar o Nível de Operacionalidade do CMNE e OE 02 – Contribuir para o desenvolvimento regional sustentável e o bem-estar social.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ARTICULAÇÃO

No tocante à sua estrutura organizacional, o CMNE possui 3 (três) Regiões Militares (6^a RM, em Salvador-BA; 7^a RM, em Recife-PE; e 10^a RM, em Fortaleza-CE); 1 (uma) Divisão de Exército (7^a DE, em Recife-PE); 1 (um) Grupamento de

⁸ Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 – O Exército Brasileiro, 2014, p.6-7

Engenharia (1ºGpt E, em João Pessoa-PB); 3 (três) Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS); e 5 (cinco) Organizações Militares Vinculadas (OMV), conforme organograma abaixo (figuras 5 e 6):

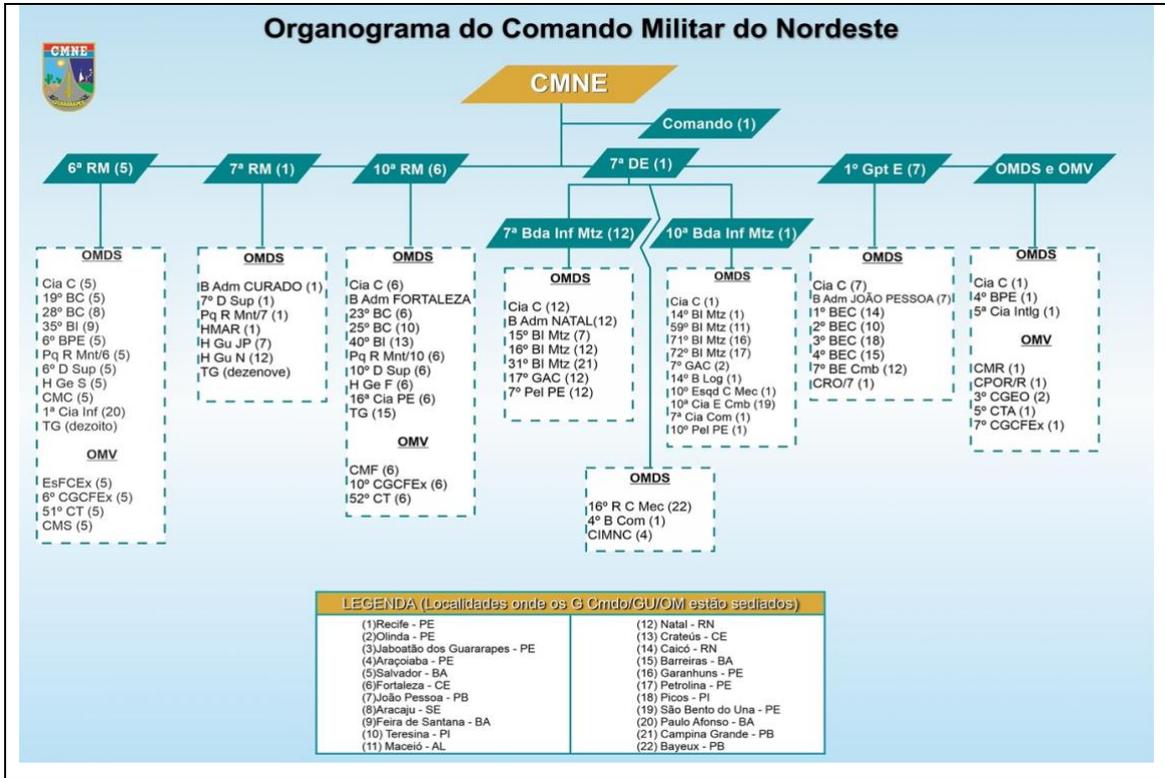


Figura 5 - Organograma do CMNE
 Fonte: site do CMNE, disponível em www.cmne.eb.mil.br



Figura 6 – Estrutura Organizacional do CMNE
 Fonte: Palestra do CMNE, realizada na ECEME, em 13 JUN 23. (Gen Ex Vasconcellos)

Nos organogramas do CMNE acima, observa-se que a 7ª DE é o braço operacional do CMNE, com 2 (duas) Brigadas subordinadas: a 7ª Bda Inf Mtz e a 10ª Bda Inf Mtz, sediadas em Natal-RN e Recife-PE, respectivamente. Convém mencionar que as Regiões Militares subordinadas ao CMNE, sobretudo as 6ª RM (Salvador-BA) e 10ª RM (Fortaleza-CE) acumulam encargos logísticos, administrativos e operacionais, como se Grandes Unidades (Brigadas) fossem. Em função das características dessas regiões militares, parte-se da premissa que as atividades logísticas e administrativas e as missões subsidiárias são preponderantes em relação as atividades operacionais.

O CMNE tem uma área de responsabilidade que compreende 8 (oito) Estados da Federação da Região Nordeste, com exceção do MARANHÃO. Para isso, o CMNE possui 75 OM, articuladas conforme figura 7.

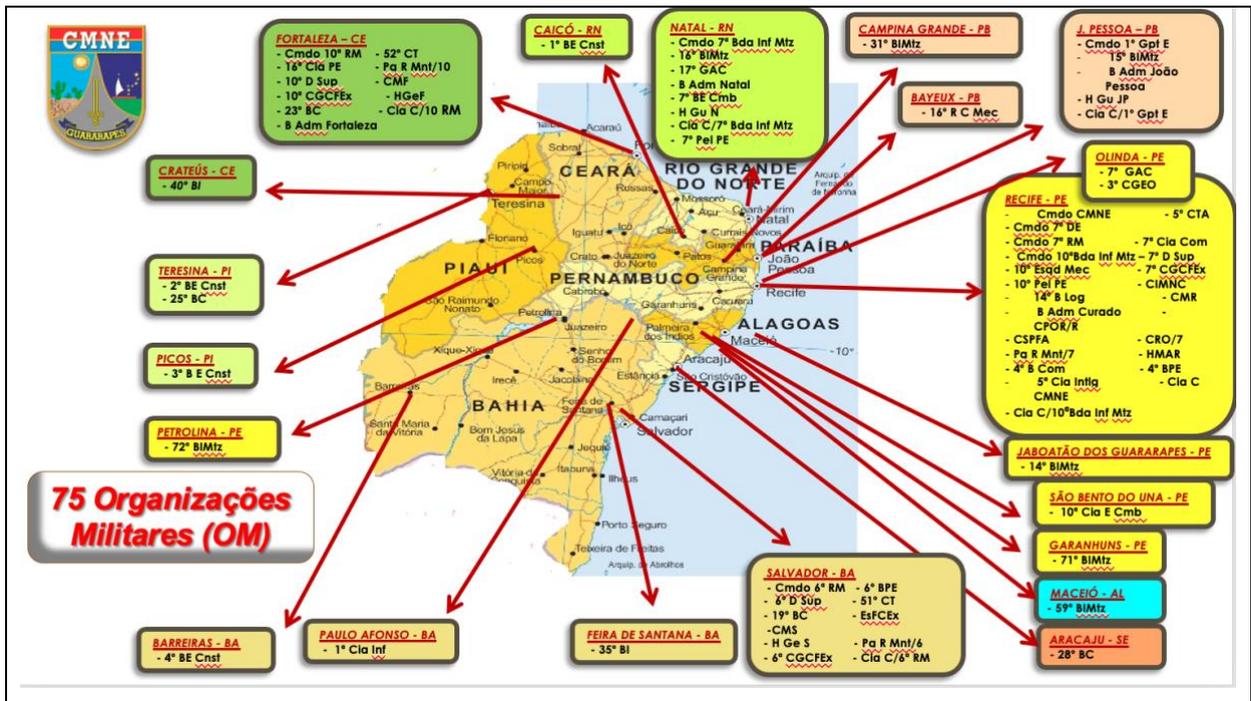


Figura 7 – Articulação do CMNE
Fonte: Palestra do CMNE, realizada no auditório da ECEME, em 13 JUN 23 (Gen Ex Vasconcellos).

CAJAZEIRA (2022, p. 26 e 27) destaca a importância estratégica desse C Mil A, com base em alguns parâmetros, tais como: quantidade de Estados e Municípios; território; população; extensão do litoral; extensão de malha rodoviária e representação política no Congresso Nacional (Quadro 2).

PARÂMETRO	DADOS	POSIÇÃO (C MIL A)
Municípios	1576	1º
Estados	8	1º
Território	1.228.358 Km ²	4º
PIB	950.426 Bilhões	4º
Efetivo Militar	26.708	3º
População	Aprox 46 milhões Hab	1º
Litoral	2698 Km	1º
Senadores	24	1º
Dep Federais	133	1º
Veteranos	25.845	3º
Malha Rodoviária	354068 Km	1º

Quadro 2 – Dados estatísticos do CMNE.

Fonte: IBGE 2022 / Comando Militar do Nordeste (apud CAJAZEIRA, 2022, p.27)

Além dos dados mencionados acima, CAJAZEIRA, (2022, p.27) apresenta algumas características peculiares da Região Nordeste que requerem atenção relativo à Segurança Nacional, Defesa Externa e Desenvolvimento Nacional, a saber:

- Importantes Infraestruturas Estratégicas, como portos, hidroelétricas, base de lançamento de foguetes, e modal rodoviário;
- Maior taxa de desemprego, menor IDH do Brasil, altas taxas de homicídio, narcotráfico, e crime organizado (Novo Cangaço);
- Escassez de recursos hídricos e bioma de caatinga; e
- Complexidade na Segurança Pública e Polícias Militares heterogêneas, com frequentes operações de GLO; atividades de Garantia da Votação e Apuração (GVA) e Coordenador de Segurança de Área (CSA).

Vale frisar que a característica “escassez de recursos hídricos e bioma de caatinga” supramencionada reflete diretamente na necessidade de distribuição “emergencial” de água potável no semiárido e sertão nordestino, derivando a denominada Operação Carro-Pipa, sob responsabilidade do CMNE e suas tropas.

A OCP está amparada pela Portaria Interministerial nº 1/MI/MD, de 25 de julho de 2012, modificada pela Portaria Interministerial nº 2/MI/MD, de 27 de março de 2015. Embora essa documentação trate da distribuição emergencial de água potável, cabe realçar que a OCP vem ocorrendo desde 1998, perfazendo mais de 20 anos de funcionamento. Desta feita, pode-se afirmar que a OCP já foi incorporada como uma missão “quase que permanente” do CMNE.

Destaca-se que a OCP engloba as seguintes atividades, com envolvimento direto do Comando do Exército, em particular das tropas do CMNE: levantamento de dados e informações dos municípios; gestão de recursos orçamentários e financeiros (prestação de contas); elaboração de documentos (cadastramento, sorteio e contrato de pipeiros); fiscalização operacional; e gerenciar a logística de distribuição. Para o cumprimento dessa missão com excelência, é lícito afirmar que há o envolvimento de “boa parte” do efetivo das OM em detrimento de sua atividade fim, trazendo, por vezes, reflexos negativos para a operacionalidade da tropa.

4.3 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

O Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006⁹, da Casa Civil da Presidência da República, aprovou a Estrutura Regimental [...] do Comando do Exército. O Art 19 do referido documento menciona a competência dos Comandos Militares de Área na sua área de jurisdição, sobretudo nas atividades de preparo e emprego. (BRASIL, 2006).

4.3.1 Possibilidades

O Comando Militar do Nordeste é responsável por coordenar as atividades e operações militares do Exército Brasileiro no âmbito da região do Nordeste do Brasil. Dentre suas principais possibilidades e atribuições incluem:

- a) Garantir a defesa territorial da região Nordeste, monitorando e protegendo sua área de responsabilidade, e mantendo a soberania nacional;
- b) Planejar e executar operações militares para a defesa do território, em resposta a ameaças internas ou externas. Isso pode envolver mobilização de tropas, treinamento, exercícios conjuntos com outras unidades militares e prontidão para o combate;
- c) Possibilidade de ser empregado em missões de apoio à segurança pública, quando solicitado pelas autoridades civis e governamentais. Isso inclui auxiliar no combate ao crime organizado, fornecer apoio logístico, transporte de tropas, bem como realizar ações de combate ao tráfico de drogas, contrabando e outros delitos.

⁹ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5751.htm> Acesso em 6 Jun. 23, às 21:03h

d) Envolver-se em operações de apoio humanitário e apoio à Defesa Civil, como resposta a desastres naturais, como enchentes e secas, ou mesmo para prestar assistência em situações de emergência, como epidemias ou pandemias;

e) Ser responsável pela formação, treinamento e capacitação de OM no Nordeste, preparando-as para as diversas missões que possam ser atribuídas;

f) Participar de exercícios e operações conjuntas com forças militares de outros países, visando a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

É importante destacar que as atribuições específicas do CMNE são determinadas pelas políticas e diretrizes do Exército Brasileiro, bem como pelas demandas e necessidades da região Nordeste.

4.3.2 Limitações

O CMNE possui algumas limitações que podem impactar suas operações, quais sejam:

a) Assim como qualquer outro C Mil A, o CMNE está sujeito a restrições orçamentárias e limitações de recursos, que refletem na disponibilidade de equipamentos modernos, treinamentos avançados e infraestrutura adequada para suas operações;

b) Enfrenta desafios de natureza logística ao mobilizar tropas e recursos em curto prazo, que pode resultar em atrasos na resposta a situações de emergência ou em dificuldades para implantar rapidamente forças em áreas remotas;

c) A região Nordeste do Brasil é geograficamente extensa, abrangendo nove estados e apresentando uma variedade de terrenos, como sertões, planícies, chapadas e regiões costeiras. Isso dificulta o monitoramento e a pronta resposta a ameaças em toda a área de responsabilidade do CMNE;

d) Assim como todas as organizações militares, o CMNE deve operar dentro dos limites legais estabelecidos, restringindo suas ações em certas situações, exigindo coordenação e autorização de autoridades civis, além de respeitar os direitos humanos e os princípios do Estado de Direito;

e) Dependência de cooperação interinstitucional: o CMNE pode precisar cooperar com outras agências governamentais e forças de segurança pública para alcançar seus objetivos e cumprir com suas missões.

Cabe sublinhar que essas limitações não são exclusivas do CMNE, mas são desafios comuns enfrentados por qualquer Comando Militar de Área. Essas limitações são inerentes à natureza das operações militares e refletem a realidade operacional em qualquer contexto geográfico. O sucesso das operações do CMNE depende de sua capacidade de superar essas limitações de forma estratégica e adaptar-se às circunstâncias específicas da região Nordeste.

5 FORÇA DE PRONTIDÃO DA 10ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA

5.1 CONCEITO

Segundo o manual de campanha EB70-MC-10.334 (2023): “as brigadas de infantaria [...] são grandes unidades da Força Terrestre (F Ter) com capacidade de atuação operacional independente, sendo o menor escalão da F Ter constituído por elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico”. Ainda, evidencia que a Brigada é o módulo básico de emprego da Força Terrestre. (BRASIL, 2023b, p.2-1).

5.2 MISSÃO

De acordo com o manual EB70-MC-10.334 (2023, p 2-3) as missões da Brigada de Infantaria são:

a) na ofensiva: cerrar sobre o inimigo a fim de destruí-lo, neutralizá-lo ou capturá-lo, utilizando o fogo, o movimento e o combate aproximado.

b) na defensiva: manter o terreno, detendo e repelindo o avanço inimigo, por meio do fogo e do combate aproximado, e/ou destruindo-o ou neutralizando-o pelo contra-ataque.

c) nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA): pode participar de ações em apoio aos órgãos ou instituições, governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, com seu emprego episódico e limitado no espaço e tempo.

Conforme descrito no Plano de Gestão da 10ª Bda Inf Mtz (2019 – 2022), a missão completa da Bda está enunciada da seguinte forma:

A fim de cooperar com o Comando Militar do Nordeste (CMNE), mantendo-se em permanente estado de prontidão, ficar preparada para cumprir as seguintes missões: 1) constituir-se como Força de Emprego Geral do CMNE, pronta para atuar no mais curto prazo, em área desse Comando Militar; 2) realizar defesa territorial, preferencialmente em sua área de atuação e em toda a Região Nordeste; 3) realizar Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Zona de Segurança Integrada (ZSI) de responsabilidade do CMNE ou em apoio a outro Comando Militar de Área; 4) apoiar a Defesa Civil; 5) atuar no processo de desenvolvimento regional e bem-estar social, para dar efetividade às ações do governo em operações emergenciais por intermédio de Ações Subsidiárias; e 6) participar de operações internacionais.

De forma sintética, a 10ª Bda Inf Mtz, como Força de Emprego Geral Prioritária e Força de Prontidão da Força Terrestre, deve estar em condições de ser empregada na defesa da Pátria, nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, nas ações subsidiárias e em exercícios e operações internacionais.¹⁰

5.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ARTICULAÇÃO

A Brigada de Infantaria possui uma organização que permite a atender a um número maior de alternativas de emprego. A estruturação por módulos e a combinação de armas possibilitam a alteração do poder de combate dessa GU, conforme a situação exigir (BRASIL, 2023b, p.2-2)

A 10ª Bda Inf Mtz é uma Força de Emprego Geral Prioritária, atualmente subordinada à 7ª Divisão de Exército, que sua vez, está enquadrada pelo CMNE. A Brigada é composta pelas seguintes Organizações Militares: 4 (quatro) Batalhões de Infantaria Motorizado (14º BI Mtz; 59º BI Mtz; 71º BI Mtz; e 72º BI Mtz); 1 (um) Grupo de Artilharia de Campanha (7º GAC); 1(um) Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (10º Esqd C Mec); 1(um) Batalhão Logístico (14º B Log); 1(uma) Companhia de Engenharia (10ª Cia E Cmb); 1(uma) Companhia de Comunicações (7ª Cia Com); 1 (uma) Companhia de Comando; e 1(um) Pelotão de Polícia do Exército (10º Pel PE), de acordo com o organograma a seguir (figura 8):

¹⁰ Extraído do Plano de Gestão da 10ª Bda Inf Mtz, 2019-2022



Figura 8: Organograma da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada
 Fonte: Arquivo da 3ª Seção da 10ª Bda Inf Mtz (E3/10ª Bda Inf Mtz)

Abaixo, segue a articulação da 10ª Bda Inf Mtz (Figura 9), abrangendo os estados de Pernambuco e Alagoas. Observa-se que a maioria das OM estão concentradas na cidade de Recife-PE, juntamente com o Comando da Brigada. Apenas 4 (quatro) OM estão fora da sede, a saber: o 72º BI Mtz, com a denominação atual de 72º Batalhão de Infantaria de Caatinga (72º BI Caat), situado na cidade de Petrolina-PE, a 734 km de distância da sede; a 10ª Cia E Cmb, em São Bento do Una-PE, distando 259 km de Recife; o 71º BI Mtz, localizado em Garanhuns-PE, com 242 Km de distância do Comando da Brigada; e o 59º BI Mtz, na cidade de Maceió-AL, a 311 Km da sede.

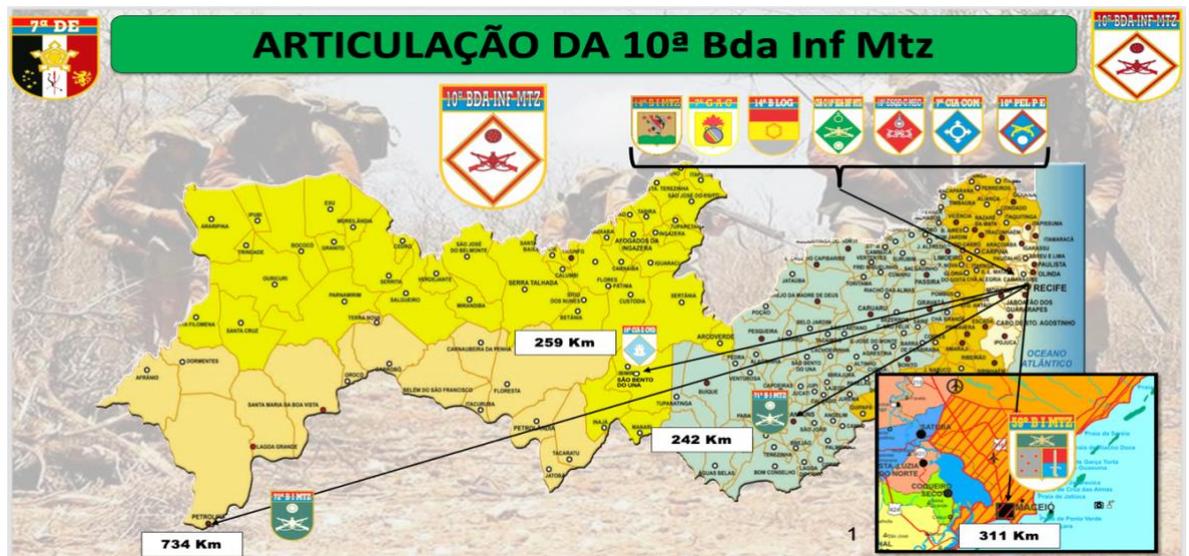


Figura 9: Articulação da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada
 Fonte: Arquivo da 3ª Seção da 10ª Bda Inf Mtz (E3/10ª Bda Inf Mtz)

5.4 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

No manual de campanha - BRIGADAS DE INFANTARIA (EB70-MC-10.334, 2023, p.2-4) é possível identificar as possibilidades comuns a qualquer tipo de brigada de infantaria, a saber:

- a) conduzir operações continuadas, ofensivas, defensivas ou OCCA, como uma força independente ou fazendo parte de uma força maior;
- b) organizar-se para o combate, adaptando-se à missão e ao terreno no qual tenha que operar;
- c) executar missões de segurança de uma força maior;
- d) participar de operações singulares, conjuntas ou combinadas;
- e) realizar operações contra forças irregulares;
- f) receber em reforço, temporariamente, elementos de combate, apoio ao combate e apoio logístico, conforme sua capacidade de comando e controle e sem comprometer sua capacidade logística;
- g) ser empregada na segurança da área de retaguarda (SEGAR); e
- h) cumprir missões no quadro de segurança interna.

“As limitações de uma Bda Inf são determinadas pelas vulnerabilidades de suas unidades e subunidades de manobra, de apoio ao combate e de apoio logístico”. (BRASIL, 2023b, p.2-5):

Na sequência, o mesmo manual enumera as possibilidades e limitações¹¹ de uma brigada de infantaria leve (motorizada):

a) Possibilidades

Participar, quando motorizada, de ações que exijam rapidez de movimento;
Realizar infiltrações, fintas, demonstrações e outras operações em que o sigilo seja de capital importância;
Realizar operações ribeirinhas, aeromóveis ou aerotransportadas, quando convenientemente apoiada; e
Controlar populações e seus recursos.

b) Limitações

Limitada mobilidade veicular, quando não motorizada;
Limitada proteção contra blindados;
Limitada proteção contra os efeitos de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares;
Reduzida potência de fogo;
Dependente da disponibilidade de meios aéreos, se aeroterrestre;
Sensibilidade às condições climáticas e meteorológicas adversas; e
Carência de proteção blindada.

¹¹ Manual de Campanha EB70-MC-10.334 (BRASIL, 2023b, p.2-4 e 2-5)

5.5 CERTIFICAÇÃO DA FORPRON DA 10ª Bda Inf Mtz

5.5.1 Generalidades

Este capítulo é o cerne do trabalho, pois pretende-se fazer uma breve análise do processo de certificação da Força de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz, nos anos de 2021 e 2022, extraindo-se as oportunidades de melhoria dessa experiência.

Entretanto, antes será necessário fazer uma breve abordagem sobre a composição da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz e algumas particularidades.

A Portaria-COTER/C Ex nº 020, de 9 de março de 2021, aprovou a Diretriz para as Forças de Prontidão no ano de 2021. Por intermédio dessa portaria, foi acrescida a 10ª Bda Inf Mtz como Força de Emprego Geral Prioritária, com a meta de 1(uma) Unidade da Manobra mais 1/3 dos elementos de apoios (BRASIL, 2021a)

O documento supramencionado sinaliza que:

A Unidade FORPRON, com estrutura organizacional específica, será submetida às simulações virtual e viva, sendo os exercícios de campanha realizados no nível unidade. Só há validade, dentro do processo previsto no SISPRON, para as Ctf conduzidas com a participação dos Centros de Adestramento (ou Centros de Instrução), os quais proverão a instrumentação necessária para uma avaliação mais objetiva. A falta de dispositivos de simulação para engajamento tático será preenchida com a adequada alocação de OCA. Estes deverão ser preparados para exercerem suas funções durante o estágio setorial previsto no PIM (BRASIL, 2021a)

Quanto a estrutura organizacional¹², as GU deverão manter, durante toda a fase da prontidão, além do Cmdo e EM de brigada, uma tropa valor Unidade (função de combate Movimento e Manobra), composta por até 3 (três) SU da arma base, além de uma SU de comando e apoio (figura 10):

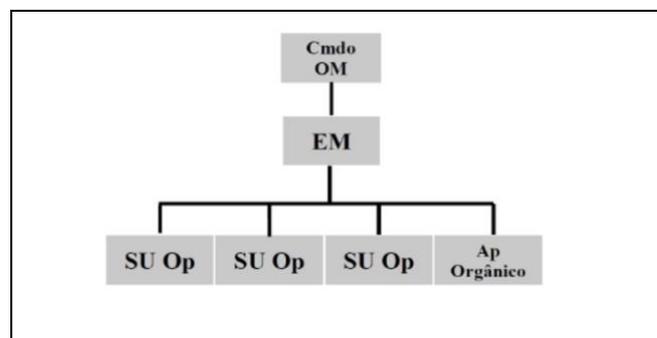


Figura 10: Estrutura Organizacional da FORPRON
Fonte: BRASIL, 2021a

¹² Portaria-COTER/C Ex nº 020, de 9 de março de 2021.

Nesse contexto, a 10ª Bda Inf Mtz realizou a certificação da FT 71º BI Mtz, no ano de 2021; e a certificação da FT 72º BI Mtz, no ano de 2022. Cabe mencionar que a denominação da FT corresponde ao Comandante da OM responsável pela maioria dos meios, ou seja, além do Estado-Maior da Unidade, aquela OM deveria fornecer mais 1(uma) Subunidade Operacional (SU Op) e 1 Companhia de Comando e Apoio (CCAp); as outras 2 SU Op eram cedidas pelas outras Unidades de Manobra da Brigada, ou seja, 1 SU Op do 14º BI Mtz e 1 SU Op do 59º BI Mtz, de modo a cumprir com as normas previstas pelo COTER.

5.5.2 Ciclo de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz (ano 2021)

No ano de 2021, a certificação da 10ª Bda Inf Mtz transcorreu da seguinte forma:

a) Simulação Construtiva (Sml Construtiva): foi realizado um Exercício de Certificação de Trabalho do Estado-Maior da Brigada no período de 27 SET a 1º OUT 21. Na oportunidade, o exercício contou com apoio do Simulador de Adestramento de Comando e Estado-Maior (SIMACEM) do CA-Leste. Cada OMDS da Brigada mobiliou seus respectivos Postos de Comando, de forma a adestrar o trabalho de EM da Bda e das OMDS. Convém destacar que os encargos de coordenação da atividade e direção do exercício ficaram a cargo Centro de Coordenação de Operações (CCOp) do CMNE.

b) Simulação Virtual (Sml Virtual): a montagem do exercício dessa fase foi de responsabilidade da 10ª Bda Inf Mtz cuja execução se deu no período de 4 a 8 OUT 21, nas instalações do 71º BI Mtz (Garanhus-PE). Todas os integrantes das SU Op (Cap, Ten e Sgt Cmt GC) da FORPRON realizaram a Sml virtual. Cabe destacar que o CA-Leste viabilizou a execução da atividade com notebook e o sistema VBS3.

c) Simulação VIVA (Sml Viva): essa fase ocorreu no período de 11 a 15 OUT 21, em um quadro de Operações Ofensivas/Defensivas, onde o Comando Aplicador (Cmdo 10ª Bda Inf Mtz) apresentou a U FORPRON (FT 71º BI Mtz) uma nova situação particular, constando a evolução dos acontecimentos, oriunda da situação problema abordada na simulação construtiva, onde um país limítrofe denominado VERMELHO, desrespeitou os limites fronteiriços com seu vizinho MARRROM, ferindo a soberania deste último, com o pretexto de reconquistar tal país; e uma Ordem Fragmentária, ambas focadas nas missões prioritárias previstas nas Hipóteses de

Emprego. O Teatro de Operações (TO) englobou o Estado de PERNAMBUCO, em particular, as localidades de POÇO COMPRIDO-PE; GARANHUNS-PE e CORRENTES-PE.

O objetivo da Certificação (simulação viva) foi avaliar e certificar a FT 71º BI Mtz (U FORPRON), constituída por: Comando, EM, 1(uma) CCAp, mais 1(uma) SU Fuz do 71º BI Mtz ,1(uma) SU Fuz do 14º BI Mtz, 1(uma) SU Fuz do 59º BI Mtz, 1(um) SU Fuz do 72º BI Mtz , 1(um) Esqd C Mec(-), composto por 1(um) Pel C Mec do 10º Esqd C Mec e 1(um) Pel C Mec do 16º RC Mec, 1(uma) Bia O do 7º GAC , 1(um) Pel E Cmb da 10ª Cia E Cmb, 1(um) Destacamento de Com da 7ª Cia Com e 1(um) Destacamento Logístico do 14º B Log. Para isso foi realizado um exercício de dupla ação dinâmica, no contexto das Operações no amplo espectro, focadas nas Hipóteses de Emprego previstas no Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

Dessa forma, a FT 71º BI Mtz, integrando todas as Funções de Combate, iniciou as atividades de planejamento e preparação, culminando com a realização de um Apronto Operacional. Na sequência, houve o deslocamento para a Área de Operações e a realização das Operações Ofensivas (Marcha para o Combate, Ataque à Localidade e Ataque Coordenado), Defensivas (Defesa em Localidade e Defesa de Área) e Operação de Substituição.

Para as atividades de dupla ação, foram constituídas equipes para atuar como Força Oponente (FOROP) e Observadores e Controladores de Adestramento (OCA). O término do exercício culminou com a realização da Análise Pós-Ação (APA) e a certificação, por parte do Cmdo 10ª Bda Inf Mtz, da FT 71º BI Mtz e seus módulos.

FASEAMENTO DA CERTIFICAÇÃO DA 10ª Bda Inf Mtz																											
SETEMBRO									OUTUBRO																		
Semana 0				Semana 1					Semana 2				Semana 3														
T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D								
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Emi O 7ª DE	Plj	Emi O 10ª Bda	Emi O das OM da 10ª Bda.	Mdd Adm		Mim Jogo	Execução						Exe Sml Virtual por SU(Manobra)														
Preparação dos Operadores (CA – Leste)																											
SIMULAÇÃO CONSTRUTIVA											SIMULAÇÃO VIRTUAL			SIMULAÇÃO VIVA													
													Emi O da U Instr OCA	Emi O da SU	Emi O Pel	Cia Equip DSET											Mdd Adm

Quadro 3: Quadro Geral da Certificação da 10ª Bda Inf Mtz / 2021
 Fonte: Arquivo da 3ª Seção da 10ª Bda Inf Mtz (E3/10ª Bda Inf Mtz)

5.5.3 Ciclo de Prontidão da 10ª Bda Inf Mtz (ano 2022)

Já no ano de 2022, a certificação da 10ª Bda Inf Mtz se desenvolveu de forma similar, com algumas pequenas diferenças, sobretudo na condução da certificação, no Comando da FT 72º BI Mtz, e no período e local de realização da simulação viva.

a) Simulação Construtiva: ocorreu nos mesmos moldes do Exercício de Certificação de Trabalho do Estado-Maior da 10ª Bda Inf Mtz do ano de 2021, no período de 1º a 5 AGO 22. Com a reativação da 7ª DE os encargos de coordenação da atividade e direção do exercício ficaram a cargo desse Grande Comando Operacional.

b) Simulação Virtual: de forma similar, a 10ª Bda Inf Mtz foi responsável pela montagem do exercício cuja execução se deu no período de 7 a 10 AGO 22, nas instalações do 71º BI Mtz (GARANHUNS – PE). Na oportunidade, todos os Cmt SU, Cmt Pel, Cmt GC, Cmt Pel Mrt Me e AO participaram do Sml virtual.

c) Simulação VIVA: ocorreu, no período de 11 a 16 AGO 22, no mesmo quadro de Operações Ofensivas/Defensivas, onde foi apresentado a U FORPRON uma nova situação particular, com a evolução dos acontecimentos abordada na situação problema abordada na Sml construtiva, e uma Ordem Fragmentária, ambas com ênfase nas missões prioritárias previstas nas HE. Nesse ano, o TO englobou o Estado de PERNAMBUCO e ALAGOAS, sobretudo os municípios de GARANHUNS-PE; SANTA CRUZ DO DESERTO-AL; e CANAPI-AL.

O objetivo da Certificação foi avaliar e certificar a FT 72º BI Mtz (U FORPRON), constituída por: Cmdo, EM, CCAp e 1(uma) SU Fuz do 72º BI Mtz, 1(uma) SU Fuz do 14º BI Mtz, 1(uma) 1(um) SU Fuz do 71º BI Mtz , 1(um) Pel C Mec do 10º Esqd C Mec , 1(uma) Bia O do 7º GAC , 1(um) Pel E Cmb da 10º Cia E Cmb, 1(um) Destacamento de Com da 7ª Cia Com e 1(um) Destacamento Logístico do 14º B Log.

Dessa forma, a FT 72º BI Mtz, integrando todas as Funções de Combate, iniciou as atividades de planejamento e preparação, e realizou o Apronto Operacional, marcando o início da Simulação Viva. Na sequência, houve o deslocamento para a Área de Operações e a realização das Operações Ofensivas (M Cmb, Atq Loc, Atq Coor); Defensivas (Def Loc); Proteção de Estruturas Estratégicas; Operações Aeromóveis; e Op de Substituição.

- b. Utilização dos Dispositivos de Simulação de Engajamento Tático (DSET), possibilitando um maior realismo ao exercício, fazendo com que o soldado “vivesse a situação”, tendo em vista a possibilidade de baixa, mesmo que virtual;
- c. A integração de todas as Funções de Combate sob o comando de uma U (Unidade), permitindo o emprego descentralizado das peças de manobra da Bda, aumentando a flexibilidade de planejamento do Cmt Bda;
- d. O emprego de drones foi de fundamental importância para o êxito da Unidade FORPRON nas Op Of/Def, contribuindo para o aumento da consciência situacional e iniciativa das ações, como intensificação de fogos e ações dinâmicas da defesa;
- e. Integração logística entre as CCAp das U FORPRON e o Dst Log do 14º B Log, criando um módulo único, aumentando a capacidade logística da FT;
- f. Oportunidade de realizar todo o trabalho integrado de EM da U FORPRON com os Elm Ap Cmb e Log, fato este verificado durante a emissão de ordens, ensaio (execução da matriz de sincronização) e condução das operações;
- g. Preparação das OM integrantes da FORPRON, durante a 1ª fase do ciclo de prontidão (preparação), com a realização de PAB SU/U, Tiro das Armas Coletivas, TIA, TCB, dentre outras instruções, contribuindo para um melhor desempenho durante a fase de certificação;
- h. Oportunidade de integração da simulação virtual com a viva, por meio do estabelecimento de um quadro tático, onde as SU Fuz puderam executar, de modo virtual, as mesmas ações táticas que realizaram na simulação viva, proporcionando aos Cmt fração melhores condições de planejamento, preparação e execução das ações ofensivas / defensivas, além de integrar as demais funções de combate;
- i. Apoio dos militares do CA-Leste, que assessoraram quanto à realização das três simulações (construtiva, virtual e viva), bem como o emprego da Eqp OCA, contribuindo para uma melhor avaliação do adestramento da FORPRON;
- j. A realização do Estágio de Comando e Controle no âmbito da Bda, na fase de preparação, otimizando o adestramento dos rádios operadores e atendentes das frações da FORPRON;
- k. A realização do Estágio de Condução de Tiro de Artilharia para militares de qualquer arma, na fase de preparação, adestrando a tropa no pedido Ap F durante as operações (simulação viva);
- l. Utilização do site móvel do 4º B Com possibilitou a mobilização de 8 redes rádio com chamadas simultâneas, permitindo maior fluxo de informações;

m. A chegada da tropa com antecedência no terreno possibilitou a realização de reconhecimentos específicos que contribuíram para a ratificação / retificação do planejamento, além de permitir a realização de nivelamentos procedimentais na utilização dos rádios com os operadores;

n. Os trabalhos de engenharia realizados do Pel E Cmb da 10ª Cia E Cmb, tais como reconhecimentos especializados nas pontes da região e recuperação de estradas, que estavam necessitando de reparos, contribuindo para a manutenção da rede mínima de estradas, a segurança e consecução do exercício;

o. Emprego do Caçador na eliminação de alvos compensadores e contribuição para a consciência situacional do Cmt; e

p. Emprego da Aviação do Exército (Av Ex) nas Operações da Força Adestrada.

5.5.5 Oportunidades de Melhoria

Nessa seção, foram identificadas algumas oportunidades de melhorias, extraídas do relatório da Certificação da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz e do relatório do CA-Leste, nos anos de 2021 e 2022, com ênfase na simulação viva:

a. Verificar a viabilidade da FOROP, orgânica do CA-Leste, participar da certificação, tendo em vista o elevado nível de adestramento, pondo um maior nível de dificuldade para a força adestrada;

b. No aprestamento operacional que antecedia a simulação viva, observou-se que nenhum batalhão envolvido na certificação possuía equipamentos oriundos do projeto cobra. Os materiais básicos como mochila de campanha e saco VO não estavam nas melhores condições de uso por causa do desgaste, sendo cautelados em outras OM. Devido a essa dificuldade, convém mencionar que boa parte da tropa utilizou a bolsa do kit “anti-tumulto” como saco VO;

c. Foi observado a falta de Material de Emprego Militar (MEM) para execução da atividade, sobretudo de peças do armamento orgânico, tais: Canho Sem Recuo 84mm; morteiros 60mm e 81mm e respectivos aparelhos de pontaria. Para suprir essa necessidade, as frações envolvidas no exercício solicitaram o empréstimo do armamento em OM vizinhas, prejudicando a visualização do real estado da FORPRON;

d. Os meios de comunicação rádio foram insuficientes. Esse dado foi levantado com base no Quadro de Dotação de Material (QDM), mas também foi levado em

consideração o mínimo necessário para ter um emprego operacional eficiente. O ideal para o comando e controle seria a utilização dos meios de comunicações no nível GC. Tal fato prejudicou a coordenação na tomada do dispositivo e na ação no objetivo, comprometendo o desempenho da tropa;

e. Deficiência na exploração rádio. Esse problema foi detectado por diversos fatores, tais como reduzido números de rádios e deficiências técnicas na utilização do material, prejudicando a tramitação de mensagens e a coordenação e controle;

f. Deficiência na conduta com feridos: foi observado pela Eqp OCA falhas na realização de alguns procedimentos específicos de primeiros socorros básicos. Os militares que realizaram os primeiros socorros não possuíam treinamento nem equipamento adequado para o tratamento do ferido, tais como: torniquete tático, tesoura, etc;

g. Deficiência nas técnicas de progressão em área edificada; durante a progressão nas localidades não foram realizadas as TTP preconizadas pelo Caderno de Instrução EB70-CI-11.434 (Técnicas, Táticas e Procedimentos para Operações em Ambientes Urbanos, Ed Experimental, 2020);

h. Em relação a Av Ex (quando disponibilizada), designar 1 (um) O Lig Av Ex junto a tropa certificada, a fim de assessorar o Cmdo FT em relação ao emprego da Av Ex nas operações;

i. Verificar a possibilidade de disponibilizar Anv Ex na Sml VIVA a fim de multiplicar o poder de combate da Bda, contribuindo para o adestramento de ambas as partes. Vale ressaltar ainda, a oportunidade de adestramento de uma evacuação completa de um militar ferido (ambulância e EVAM) proporcionada por tal meio.

j. Disponibilização dos recursos com maior antecedência, a fim de melhorar a preparação da tropa para certificação;

k. A fim de aumentar a capacidade das Eqp OCA, verificar a viabilidade de realizar um Estágio de Observador e Controlador do Adestramento para os militares designados como tal para o exercício, por militares do CA-Leste;

l. Realização de uma Pausa Operacional entre a Certificação e o Exercício de Adestramento Avançado do C Mil A (Operação GUARARAPES); e

m. Disponibilizar o Relatório confeccionado pelo CA-Leste, a fim de verificar a evolução da FORPRON 10ª Bda Inf Mtz em relação aos anos anteriores.

6 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os cenários nacional e internacional são ambientes complexos, ambíguos, voláteis e incertos (VUCA)¹³. Para se adaptar a esses cenários e enfrentar os desafios atuais e futuros, o Exército Brasileiro está em processo de transformação e vive em constante evolução.

Dentre as missões constitucionais do EB, destaca-se como fundamental a Defesa da Pátria. Para o cumprimento dessa missão, o EB deve estar em permanente estado de prontidão para fazer face a qualquer “ameaça” que possa comprometer a soberania do País.

Nesse contexto, a implantação do Sistema de Prontidão Operacional vem contribuindo positivamente para incremento da operacionalidade da Força Terrestre. Vale salientar que o SISPRON é relativamente recente, e sua metodologia encontra-se em fase de consolidação. De toda forma, pode-se inferir que o processo de certificação de tropas da FORPRON permite realizar um diagnóstico real da capacidade de pronta-resposta da Força Terrestre, identificando as boas práticas e as oportunidades de melhoria, bem como estabelecer prioridades para a destinação de recursos orçamentários e para a distribuição de recursos humanos e de materiais (equipamento moderno, armamento e viaturas), conforme hipóteses de emprego.

No âmbito da Força Terrestre, o Comando Militar do Nordeste tem a sua importância estratégica e se caracteriza como um ambiente operacional complexo, decorrente de uma gama de peculiaridades, dentre as quais se destacam: representa 30% do território nacional, com 8 (oito) estados da Federação, tornando as relações institucionais mais difíceis; possui Polícias Militares heterogêneas, complexidade na segurança pública, com frequentes paralisações dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), refletindo no recorrente emprego de GLO; existência do bioma único da Caatinga, com necessidade de tropa especializada para atuar nesse ambiente; escassez de recursos hídricos, que deriva na Operação Carro Pipa; posicionamentos políticos antagônicos, o que reflete no largo emprego em Operações de GVA; existência de importantes infraestruturas estratégicas; constante emprego em Operações de Apoio à Defesa Civil, devido as fortes chuvas /

¹³ O termo **VUCA** é um acrônimo das palavras inglesas “*Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity*” (em português: volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade)

enchentes que assolam as regiões metropolitanas em determinadas épocas do ano; entre outras.

Considerando a complexidade do ambiente operacional supracitado, observa-se que o CMNE apresenta uma diversidade de problemas de ordem interna que demandam o emprego de tropa. Na maioria das vezes, esse emprego está mais direcionado para a vertente “Mão Amiga” (*slogan* do EB).

Por outro lado, cabe mencionar o “Braço Forte” do CMNE. No estudo, ficou evidente a importância da 10ª Bda Inf Mtz, Força de Emprego Geral Prioritária, selecionada como brigada FORPRON da Força Terrestre. Em sua estrutura organizacional, pode-se dizer que é uma brigada completa, que possui todas as frações orgânicas, com exceção do Grupo de Artilharia Antiaérea, conforme Doutrina Militar Terrestre vigente.

Nesse sentido, o trabalho analisou o processo de certificação da 10ª Bda Inf Mtz no biênio 2021 e 2022, com o intuito de levantar os pontos fortes e as principais deficiências dos referidos ciclos, visando a uma melhor preparação e ao eventual emprego das capacidades da Brigada, de forma plena e eficiente.

Em ambos os ciclos, os exercícios previstos na certificação da 10ª Bda Inf Mtz foram planejados no contexto das operações de amplo espectro, com enfoque nas HE previstas no PEECFA, mantendo a coerência entre o planejamento e a execução. Por outro lado, observou-se pequenas diferenças entre a certificação dos anos de 2021 e 2022, sobretudo no rodízio do Comando e EM da FT, na área de operações e meios empregados, bem como no período de realização do exercício.

Cabe destacar que a metodologia empregada no SISPRON é um processo de avaliação contínuo, que requer adequações constantes face a evolução dos cenários. Dessa forma, foram observadas algumas oportunidades de melhoria na certificação da 10ª Bda Inf Mtz, com destaque para: a dependência da disponibilidade do CA-Leste, com impacto direto na definição do período da certificação; a falta de equipamentos individuais do Projeto COBRA (mochila; saco VO; cinto; suspensório; cantil, porta cantil, entre outros); a indisponibilidade de armamento coletivo orgânico nas OM da Bda; a baixa disponibilidade e/ou quantidade insuficiente de equipamentos rádios, com reflexos negativos na exploração rádio; entre outras.

Ainda, o processo de certificação ocorre de forma paralela ao ano de instrução. Em função das peculiaridades das missões e tarefas já abordadas no âmbito do

CMNE, há uma grande demanda de militares do Efetivo Profissional em missões específicas, como no escritório da Operação Carro Pipa; no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados; na área administrativa das Unidades, entre outras. Salienta-se que um eventual processo de certificação concorrente com a formação básica do Soldado de Efetivo Variável poderá comprometer, sobremaneira, o desempenho de determinada OM, que muitas vezes, não possui a quantidade adequada de Cabos e Soldados do Efetivo Profissional para atender todas as demandas e imposições das diretrizes vigentes no SISPRON.

Em consonância com o item anterior, vale frisar os processos normais de qualquer OM, tais como: licenciamento anual do efetivo profissional e do efetivo variável; período de instrução individual básica e de qualificação; capacitação técnica e tática do efetivo profissional; o serviço de escala, com destaque para o serviço de Guarda do Quartel, que exige a realização do tiro básico de fuzil; a imposição no cumprimento do plano de férias; a rotatividade dos militares de carreira, decorrente do plano de movimentações de oficiais e praças; entre outros.

Com base do estudo realizado, com ênfase na certificação da 10ª Bda Inf Mtz, nos anos de 2021 e 2022, é possível propor algumas recomendações/ proposições, no nível estratégico, com o objetivo de incrementar a operacionalidade do CMNE:

Recomendação Nº 1 – verificar a viabilidade de inserção das tropas integrantes da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz no Projeto COBRA, a fim de recompletar com MEM adequados para cumprirem as missões a elas destinadas;

Recomendação Nº 2 – priorizar o atendimento das metas para o recompletamento da dotação prevista de material de emprego militar, previstas no anexo “B” ao PEEEx 2020-2023, sobretudo no que concerne ao material de emprego coletivo, sobretudo armamento coletivo; viaturas; rádios de comunicação; barracas; iglus;

Recomendação Nº 3 – estudar a viabilidade da implantação de um Centro de Adestramento no CMNE (CA-Nordeste), com o objetivo de mitigar a dependência da disponibilidade do CA-Leste, bem como facilitar o planejamento das certificações da FORPRON da 10ª Bda Inf Mtz, permitindo maior autonomia e flexibilidade ao Comandante Militar do Nordeste (Cmt Mil NE) e/ou ao Cmt 7ª DE (G Cmdo Op);

Recomendação Nº 4 – consoante com a recomendação anterior, verificar a possibilidade de aplicar a metodologia da certificação da FORPRON da 10ª Bda Inf

Mtz para a 7ª Bda Inf Mtz e tropas da 6ª RM e 10ª RM, incrementando o nível de operacionalidade do CMNE;

Recomendação Nº 5 – revisar as normas em vigor, com destaque para a portaria que estabelece os percentuais do número de cargos do Núcleo-Base para cabos e soldados das Organizações Militares e Frações, buscando o alinhamento com as prioridades de recompletamento de pessoal, previstas anexo “C” ao PEEEx 2020-2023, principalmente nas OM da 10ª Bda Inf Mtz;

Recomendação Nº 6 – em consonância com o item anterior, estudar o Quadro de Cargos Previstos (QCP) das OM da 10ª Bda Inf Mtz, bem como a composição da FORPRON da Brigada, buscando fazer as adequações necessárias para atender todas as exigências previstas nas normas do SISPRON;

Recomendação Nº 7 – estudar a possibilidade de reverter a Operação Carro Pipa (atribuição subsidiária ímpar do CMNE) para o Governo Federal (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional), desonerando os efetivos do CMNE empenhados nessa atividade. Cabe ressaltar que a OCP demanda boa parte do efetivo profissional das OM da 10ª Bda Inf Mtz, desde as atividades de fiscalização operacional até as atividades administrativas relacionadas com a operação, tais como: contratos de prestação de serviços; cadastramento dos “pipeiros” e sorteio dos lotes por municípios atendidos pelo programa; prestação de contas e pagamento dos “pipeiros”; entre outras demandas; e

Recomendação Nº 8 – planejar uma reestruturação no Sistema de Comando e Controle do CMNE. Atualmente, o CMNE dispõe de apenas 2 (duas) OM de Comunicações: o 4º B Com (OMDS da 7ª DE) e a 7ª Cia Com (OMDS 10ª Bda Inf Mtz), ambas situadas na Guarnição de Recife-PE. Considerando os Grandes Comandos/ Grandes Unidades existentes, seria interessante que cada G Cmdo / GU fosse contemplado com pelo menos 1 (uma) OM de Comunicações. Tal medida aumentaria a capacidade de Comando e Controle do CMNE, otimizaria a manutenção e o emprego dos meios de comunicações do CMNE, e conseqüentemente, ampliaria a consciência situacional do Cmt Mil NE.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – referências – elaboração** (ABNT NBR 6023:2018). Rio de Janeiro; ABNT, 2018.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social. **Sistema de Prontidão**. Revista Verde Oliva. Ano L. Nº 258. Junho 2022. Brasília-DF, 2022.

BRASIL. Exército. Comando do Exército. **Diretriz do Comandante do Exército 2023-2026**. Brasília-DF, 2023a

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Brigadas de Infantaria. (EB70-MC-10.334)**. 1.ed. Brasília: COTER, 2023b.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre (EB70-D-10.002)**. Portaria Nº 216-COTER, de 18 de novembro de 2019. 2ª Edição. Brasília: COTER, 2019a.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz Organizadora do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON)**. Portaria Nº 219-COTER, de 13 de novembro de 2019. Brasília: COTER, 2019b.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Diretriz para as Forças de Prontidão Operacional (FORPRON) para 2021**. Portaria - COTER /C Ex N º 020, de 9 de março de 2021. Brasília: COTER, 2021a.

BRASIL. Exército. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME (ME 21-259)**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

BRASIL. Exército. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. **Formatação de Trabalhos Científicos (ME 21-253)**. Rio de Janeiro: ECEME, 2017.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Catálogo de Capacidades 2015-2035 (EB20-C-07.001)** 1. ed. Brasília: EME, 2015a.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Concepção Estratégica do Exército 2019**. Brasília: EME, 2019c.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **O Exército Brasileiro (EB20-MF- 10.101)** 1. ed. Brasília: EME, 2014.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Diretriz Organizadora do Sistema Operacional Militar Terrestre – SISOMT (EB20-D03.018)**. Portaria – EME/C Ex Nº 528, de 21 de setembro de 2021. Brasília: EME, 2021b

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023. (EB10-P-01.007)**. Brasília: EME, 2019d.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Portaria Nº 137-EME, de 1º de julho de 2020: Cria Grupo de Trabalho com a finalidade de propor soluções para a implantação e sustentação do Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON)**. Brasília: EME, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (END)**. Brasília-DF, 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília-DF, 2020c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília-DF, 2020d.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)**. 5. ed. Brasília-DF: Ministério da Defesa, 2015b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5751.htm <Acesso em 6 de junho 23>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm <Acesso em 9 de junho de 2023>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm <Acesso em 9 de junho de 2023>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm <Acesso em 9 de junho de 2023>.

CAJAZEIRA, André Luis Nascimento. **A Reativação da 7ª Divisão de Exército e a reorganização operacional do Comando Militar do Nordeste**. Policy Paper do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). Rio de Janeiro: ECEME, 2022. 39f.

DEFESANET. **SISPRON - O Sistema de Prontidão do Exército Brasileiro**. Ed. 2020. Disponível em <https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/38538/sispron-o-sistema-de-prontidao-do-exercito-brasileiro> <Acesso em 9 de junho de 2023>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 85-224-3169-8

MELIN, Nicholas. **Estamos Perdendo Oportunidades para Desenvolver a Prontidão Permanente de Todos os Componentes nas Brigadas de Combate**. Revista *Military Review*, Quarto Trimestre, 2020.

NUNES, Rinaldo Marques. **A simulação de combate no Exército Brasileiro e sua contribuição à operacionalidade da Força Terrestre**. Trabalho de Conclusão de Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). Rio de Janeiro: ESG, 2020. 58 f.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p. ISBN: 978-85-224-5260-6.